

ENTREVISTA: FRONTEIRA ENTRE INFORMAÇÃO E OPINIÃO

RESUMO

Este trabalho analisa as generalidades e as singularidades no gênero da entrevista em divulgação científica. Há nesse gênero um trabalho de formulação de um discurso novo, que parte do científico e se dirige a um outro público, mais amplo que os pares do cientista. Além de generalidades como o caráter dialógico e o caráter subjetivo, que há em todo discurso, e o foco no público leigo, há especificidades próprias do gênero aqui abordado.

Palavras-chave: gêneros do discurso, jornalismo científico, divulgação científica.

ABSTRACT

This work analyses the generalities and the singularities in the interview genre of science popularization. In this genre there is a work of formulating a new discourse, which begins from the scientific discourse and applies to another public, wider than that of the scientist's peers. Besides the generalities (their dialogical and subjective character), and the focus on the laic public, there are specific peculiarities in the genre approached here.

Keywords: genres of discourse, scientific journalism, science popularization.

• Rodrigo Bastos Cunha

Pesquisador do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Unicamp; especialista em Jornalismo Científico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp).

Introdução

Sob a perspectiva da linha francesa da Análise do Discurso, e com o apoio de teóricos da Comunicação e dos estudos da linguagem, esse autor vem se debruçando em pesquisas interdisciplinares no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Unicamp na análise de diferentes gêneros do discurso que transitam pelo campo da divulgação científica. Segundo Eni Orlandi (1983, p. 191), uma expoente brasileira da corrente teórica cuja perspectiva é adotada nesse artigo, "a análise do discurso, levando em conta as condições de uso da lingua-

gem, procura apreender a singularidade desse uso... ao mesmo tempo em que visa a construir uma *generalidade* – isto é, a inserção desse uso particular, desse discurso, em um domínio comum" (grifos da autora).

Filiada à linha francesa da Análise do Discurso, Lílian Zamboni (1997) estudou a heterogeneidade e a subjetividade no discurso de divulgação científica em geral, o qual considera como um gênero específico de discurso, que não pertence ao mesmo campo do gênero do discurso científico. Destaca-se a noção de gêneros do discurso feita por Bakhtin (1997) e o amplo espectro traçado por

Bueno (1984) no âmbito da divulgação científica –, que envolve desde livros didáticos, aulas de ciências e museus de ciência até textos jornalísticos, como artigos, notícias e reportagens – para dizer que é mais apropriado falar em vários gêneros que transitam pelo campo da divulgação científica, cada qual com sua própria estrutura composicional. Apresenta-se aqui uma análise, sob esse ponto de vista, de textos do gênero entrevista, publicados na revista eletrônica *ComCiência*,¹ voltada para divulgação científica dirigida a um público leigo. A escolha das entrevistas que compõem o corpus de aná-

lise deste trabalho seguiu critérios de acompanhamento de um estudo mais amplo, envolvendo outros gêneros do discurso, a saber: reportagem, artigo, resenha e notícia.

Todos os textos, à exceção do gênero notícia, foram selecionados a partir da coincidência de critérios hierarquizados, sendo o primeiro deles que os textos pertencessem a uma edição da revista dedicada ao que se chama no meio acadêmico de “Ciência Dura” (onde se enquadram as exatas e biológicas) e a uma outra edição dedicada a Ciências Humanas; o segundo critério foi o de que as edições escolhidas estivessem entre as mais acessadas pelos leitores e os textos fossem selecionados entre os mais lidos do seu gênero.

O gênero entrevista

O texto que é conhecido no jargão jornalístico como “entrevista pingue-pongue” – como as que aparecem nas páginas amarelas da revista *Veja* – não é muito explorado em estudos acadêmicos enquanto gênero do discurso, talvez por se situar em uma certa fronteira discursiva difícil de ser delimitada. Autores, como Lage (1982) e Erbolato (1985) apenas mencionam a entrevista como técnica fundamental do jornalismo para obtenção de informações. Marques de Melo (1983, p. 78) define a entrevista como “um relato que privilegia um ou mais protagonistas do acontecer”, e a classifica, enquanto gêne-

ro, na categoria do jornalismo informativo, o que, em parte, pode ser considerado um conflito com o que diz o *Novo Manual da Redação*, do jornal *Folha de S. Paulo* (1992, pp. 31-32), segundo o qual “a finalidade de caracterizar um texto jornalístico como entrevista é permitir que o leitor conheça opiniões, idéias, pensamentos e observações... de pessoa que tem algo relevante a dizer”. Esse mesmo *manual* acrescenta que “pode-se editar a entrevista na forma de pergunta e resposta (pingue-pongue), quando o entrevistado está em evidência especial ou diz coisas de importância particular”. Como se trata sempre de um personagem em evidência no seio da sociedade – seja ele um artista, um político, um cientista ou um empresário –, o entrevistado é invariavelmente levado pelo entrevistador a emitir suas opiniões, idéias e pensamentos acerca do seu campo de atuação ou sobre assuntos considerados pelo veículo relevantes para o seu público leitor.

O *Novo Manual da Redação*, do jornal *Folha de S. Paulo* (idem, p. 32) observa, ainda, que a entrevista pingue-pongue “exige texto introdutório, contendo a informação de mais impacto, breve perfil do entrevistado e outras informações, como local, data e duração da entrevista e resumo do tema abordado” – o que talvez seja suficiente para se dizer que esse gênero está na fronteira entre o informativo e o opinativo, além do fato de o entrevistado, em

suas respostas, não apenas emitir opinião, mas também informar sobre algo de que ele tem conhecimento e o público leitor supostamente não tem.

A entrevista em divulgação científica

Neste trabalho, analisa-se a entrevista como um dos gêneros que transitam pelo campo da divulgação científica, destacando características que são gerais a todo gênero do discurso e características singulares do gênero da entrevista, colocando-o em uma tênue fronteira entre o informativo e o opinativo. Este estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla envolvendo outros gêneros do discurso (artigo, reportagem, resenha e notícia), que teve como corpus textos publicados em duas edições da revista eletrônica de jornalismo científico *ComCiência*: uma sobre Ciências Humanas, dedicada ao tema “Brasil Negro”, e outra sobre Ciências Biológicas, dedicada ao tema “Clonagem”.

O texto introdutório de uma das entrevistas selecionadas para análise neste artigo – “Justiça penal é mais severa com os criminosos negros,”² feita pelo antropólogo e repórter da revista *ComCiência* Alexandre Zarias com o sociólogo Sérgio Adorno, da USP, que é designado adiante por “Entrevista 1” – traz um breve comentário sobre o cenário de desigualdade no Brasil, que exclui grande parte da população dos seus direitos constitucionais e estig-

2. Entrevista disponível na internet em <http://www.comciencia.br/entrevistas/negros/adorno.htm>.

matiza classes e etnias pelo preconceito. Em seguida, esse menciona que, para o entrevistado, os negros são os mais estigmatizados, especialmente em relação à justiça. A introdução pontua que a entrevista foi realizada em outubro de 2003, em Caxambu (MG), durante encontro de pesquisadores da área de Ciências Sociais, e trata da “influência do racismo e dos preconceitos raciais na distribuição da justiça penal”.

A introdução da outra entrevista que será analisada aqui – “Clonagem humana: alcances e limites”³, feita pela engenheira de pesca e repórter da *ComCiência* Juliana Schober com a geneticista Mayana Zatz, também da USP, que é designada adiante por “Entrevista 2” – trata da abordagem do tema da clonagem pela ficção, com destaque para a novela *O Clone*, da TV Globo. O texto introdutório apresenta Zatz como consultora dessa novela, além de ser a ganhadora latino-americana de um prêmio promovido pela Unesco, “dedicado a cientistas mulheres que se destacam em seu continente”. A introdução também salienta que “Zatz é uma cientista que acredita que as pesquisas sobre clonagem podem nos levar a importantes descobertas e a salvar muitas vidas”.

De acordo com Lilian Zamboni (1997, p. 82), nos textos de divulgação científica, as citações em discurso direto que aparecem são geralmente falas já vulgarizadas do discurso científico, e “não contém sequer vestí-

gios da densidade discursiva dos textos científicos”. Sendo assim, segundo ela, “a entrevista e os depoimentos tomados dos próprios cientistas pelo divulgador já vêm configurados como discurso de divulgação científica”. Zamboni justifica sua afirmativa lembrando que para Bakhtin (1997), o discurso não é independente daquele para quem ele está endereçado. Segundo a autora:

[...] Alterando-se os lugares dos protagonistas da cena enunciativa, restam alteradas todas as demais configurações do cenário, inclusive o canal da comunicação... a modalidade da linguagem empregada, as fontes de informação, o tratamento do assunto... Submetido a outras condições de produção, o discurso científico deixa de ser o que é. Passa a ser um outro discurso... que se situa num outro lugar, diferente do lugar onde se situa o discurso científico (Zamboni, 1997, p. 89).

No fragmento abaixo da entrevista publicada na edição sobre “Clonagem” observa-se que a cientista Mayana Zatz utiliza um recurso também empregado em artigos de divulgação científica: a locução explicativa ou seja” aparece duas vezes em sua fala, para tratar do assunto “células-tronco” de uma maneira diferente da que trataria se o seu canal fosse um congresso científico ou uma revista especializada e o seu público fosse formado por seus pares científicos e não pelos leitores de uma revista de divulgação científica.

**[Entrevista 2 – fragmento 1]
ComCiência: Qual a diferença entre a célula-tronco de um embrião ... e de um indivíduo adulto?**

Zatz: ... As células do embrião antes de serem feto são totipotentes, ou seja, elas podem se transformar em qualquer tecido, mas não sabemos se as células-tronco do corpo humano [adulto] ou do cordão umbilical são também totipotentes ou se são pluripotentes, ou seja, se transformam em qualquer tecido ou só em algum tecido específico. Se as células-tronco retiradas de cordão umbilical, por exemplo, tiverem a capacidade de se transformar em qualquer tecido, está resolvido o problema. Ninguém vai querer embriões para esta finalidade. Mas eu acho que não podemos fechar portas, porque hoje ainda não sabemos. Meu medo é que os mais afoitos proibam as pesquisas e fechem as portas.

Esse fragmento, além de trazer a explicação para o leigo do que é uma célula totipotente e do que é uma célula pluripotente, aponta no final o posicionamento da cientista e seus valores em relação ao uso de embriões em pesquisa, questão que será tratada adiante. Por ora, cabe observar que, ao contrário do que acontece no gênero artigo, a explicação aqui parte de um questionamento pontual da repórter. Isso significa que no gênero entrevista, o especialista também é convidado a discorrer sobre o assunto de sua especialidade – como ocorre no gênero artigo –, porém, ele o faz a partir de um certo roteiro, que em parte, é previamente definido pelo repórter, e em parte, é modificado de

3. Entrevista disponível na internet em <http://www.comciencia.br/entrevistas/clonagem/zatz.htm>.

acordo com a seqüência da entrevista.

No fragmento abaixo, da entrevista publicada na edição sobre “Brasil Negro”, pode-se observar implicitamente na pergunta do repórter que o seu roteiro prévio envolve pelo menos um certo conhecimento do objeto de pesquisa do entrevistado – conhecimento esse que é também fundamental na própria escolha da fonte a ser entrevistada. No caso da entrevista pingue-pongue, que coloca um determinado personagem social em evidência, trata-se de um procedimento editorial do veículo a escolha dos entrevistados – assim como a escolha dos articulistas –, geralmente definida, no caso das edições temáticas da revista *ComCiência*, na mesma reunião de pauta que define os assuntos que serão abordados nas reportagens. Ou seja, além de ser um pesquisador de destaque na área em questão – no caso, as Ciências Sociais –, o entrevistado também tem como objeto de estudo algo que o veículo selecionou como relevante para ser colocado em pauta em sua edição sobre “Brasil Negro”.

[Entrevista 1 – fragmento 2]

ComCiência: *Há quanto tempo o senhor lida com essas questões [envolvendo justiça e preconceito] em suas pesquisas?*

Adorno: *A questão da distribuição das sentenças comparativamente a brancos e negros, ou seja, a punição legal aplicada a brancos e negros, é um tema que me interessou porque, em contatos com o movimento negro e muitas vezes estudando*

diferentes questões sobre justiça, eu vi que se tratava de uma área de absoluta evidência de racismo e sobre a qual não existiam estudos nesse sentido... Foi a partir disso, com o apoio da Fundação Ford, que resolvi fazer uma pesquisa tomando processos penais do estado de São Paulo, no início da década de 1990. Assim, comparei rigorosamente a distribuição de sentenças penais para crimes rigorosamente idênticos, dentre os quais figuravam o roubo, o tráfico de drogas, o latrocínio, o tráfico qualificado e o estupro...

Pode-se observar nesse fragmento que, apesar de a cena enunciativa aqui ser outra, há diversas informações que certamente poderiam entrar em um artigo científico publicado em periódico especializado dirigido aos pares do pesquisador, porém não com a mesma simplicidade: aparecem na fala de Adorno a referência à motivação da pesquisa e a justificativa da sua relevância (“não existiam estudos nesse sentido”); a menção à fonte de financiamento da pesquisa; e uma breve apresentação dos seus procedimentos metodológicos. Essas informações aparecem sem os vestígios da densidade discursiva dos textos científicos (ZAMBONI, 1997, p. 82) e constituiriam uma fala já vulgarizada do discurso do cientista social Sérgio Adorno. Isso, por si só, já seria suficiente para a configuração do depoimento tomado do pesquisador Adorno pelo divulgador Zarias como um discurso de divulgação científica. Mas além do tratamento do as-

sunto ser feito de uma forma diferenciada da que se faria em um artigo científico, a própria ordem em que aparecem os dados sobre a pesquisa – de acordo com o roteiro do repórter/entrevistador – é diferente da ordem-padrão dos textos científicos: os resultados da pesquisa, que geralmente vêm no final dos artigos publicados em periódicos especializados, aparecem aqui no meio da entrevista, graças à pergunta do repórter, porém sem a mesma densidade de avaliação pressuposta nos artigos científicos voltados para os pares, como se pode ver no fragmento abaixo.

[Entrevista 1 – fragmento 3]

ComCiência: *Quais foram os resultados dessa comparação [das sentenças penais de brancos e negros]?*

Adorno: *Ao fazer essa comparação, descobri, primeiro, que os negros eram proporcionalmente mais condenados do que os brancos pelo mesmo crime. Não em termos de duração da pena, que não variava muito... Mas, por exemplo, 59,4% dos brancos observados foram condenados e 68,8% dos negros foram condenados... Outra coisa que eu percebi foi que os negros dependiam muito mais da justiça pública do que os brancos. Os brancos, de um modo geral, tinham mais condições de ter acesso à defesa particular contratada... O que chamou a atenção foi o fato de que, se eu fosse olhar do ponto de vista socioeconômico, os brancos e negros que estavam sendo objeto da justiça não eram muito diferentes. De modo geral, os negros tinham uma taxa maior de não ocupados, tinham uma escolaridade um pouco mais bai-*

xa, mas nada que dissesse que eu estava lidando com classes sociais, com segmentos de classes completamente diferentes.

Os fragmentos 2 e 3 são informativos e divulgam dados da pesquisa de Sérgio Adorno que compara as sentenças penais para brancos e negros no estado de São Paulo. O posicionamento do sociólogo sobre a questão só aparece aqui de forma sugestiva, na observação de que os brancos e negros analisados no estudo não eram muito diferentes do ponto de vista socioeconômico, o que chamou sua atenção, já que, portanto, essa variável não poderia ser usada para justificar que os negros tivessem um índice de condenação maior que os brancos. Adiante, mostra-se fragmentos onde os posicionamentos de Adorno sobre igualdade e justiça e de Zatz sobre clonagem são requeridos pelos respectivos repórteres que os entrevistaram. Por enquanto, vale a pena uma pequena observação quanto ao “grau” de vulgarização do discurso científico, se comparado o fragmento em que Zatz explica o que são células totipotentes e pluripotentes e os fragmentos em que Adorno apresenta dados de sua pesquisa. Quanto maior for a distância que o enunciador supõe existir entre o seu interlocutor – no caso, não se trata do entrevistador, mas do leitor “virtual” da revista onde a entrevista é publicada, imaginado pelo entrevistado (cf. Coracini, 1991) – e o assunto do qual

está tratando, maior será a mudança do discurso científico para o discurso vulgarizado. Quando isso acontece, as explicações atuam como um típico recurso usado em divulgação de ciência para aproximar do leigo algo que é a princípio distante do seu universo de conhecimento. No caso da pesquisa de Adorno, os dados envolvem questões familiares para o cidadão comum – seja ele ligado ao meio acadêmico ou não –, e a diferença que poderia ser ressaltada em sua fala na entrevista em relação a um suposto artigo científico que ele assinasse sobre esse mesmo estudo é a forma de apresentação dos dados, além de sua avaliação, que adiante, aparecerá (de forma “vulgarizada”) em outros fragmentos.

Além desse aspecto das entrevistas com cientistas representarem falas já vulgarizadas, por serem voltadas para um público mais amplo do que os pares científicos do entrevistado, há também, por outro lado, o fato de se atribuir a essas falas um certo poder e uma certa autoridade. Como foi apontado em trabalhos anteriores (Cunha, 2003 e Cunha, 2005a), a figura do cientista goza de um considerável prestígio na nossa sociedade, e de certa forma, ocupa um lugar de “autoridade discursiva” de quem detém certo conhecimento. Para Eni Orlandi (2000, pp. 39-40), o que um sujeito diz é constituído também pelo lugar a partir do qual ele fala. Ela cita como exemplo a diferença de significação

das palavras que são ditas a partir do lugar do professor e do lugar do aluno, assim como é diferente a significação do que é dito do lugar do padre, que tem determinada autoridade junto aos seus fiéis. Segundo a autora, “como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na ‘comunicação’”. Nesse sentido, de acordo com Wilson Bueno (1984, p. 63), “as entrevistas costumam merecer a atenção dos editores e, sobretudo, dos responsáveis pelas páginas de ciência e tecnologia”, pois “há uma tendência a se privilegiar os grandes nomes da ciência, tornando-os quase sempre os porta-vozes de toda a comunidade”. No fragmento abaixo, Mayana Zatz, considerada uma expoente em sua área – a genética – é convidada pela repórter a emitir sua opinião sobre o tema “Clonagem”.

[Entrevista 2 – fragmento 4]

ComCiência: Qual seu posicionamento com relação à clonagem humana?

Zatz: *Sou contra a clonagem humana reprodutiva, mas totalmente a favor do uso de embriões para uso terapêutico... O que as pessoas não estão entendendo direito é o que chamamos de “clonagem terapêutica”. As pessoas acham que na clonagem terapêutica será formado um embrião, do qual vamos tirar o fígado, o coração... Várias pessoas já me disseram que é isso o que elas entendem por clonagem terapêutica. Tanto é que um*

dia desses eu vi num jornal um esquema para explicar a clonagem terapêutica com o desenho de um feto de 3 ou 4 meses. Eu disse: “pelo amor de Deus! Tira essa imagem daí e põe meia dúzia de células, pois é disto que estamos falando!”. Quando as pessoas vêm um monte de células, ninguém se impressiona...

Em fragmentos como esse, fica clara (porém sem limites definidos) a fronteira sobre a qual se assenta o gênero entrevista, que ora expõe dados ou os explica, caracterizando-se como gênero informativo, e ora expõe a opinião pessoal do entrevistado acerca do tema que está sendo tratado, configurando-se como gênero opinativo. No fragmento 4, a geneticista Mayana Zatz apresenta sua posição pessoal não apenas acerca da clonagem humana – solicitada pela questão que certamente fazia parte do roteiro prévio da repórter –, mas também sobre a qualidade da divulgação científica que é feita sobre o assunto. E esse fragmento também contém uma explicação implícita do que é “clonagem terapêutica”, a partir de esclarecimentos explícitos do que não deve ser apresentado como “clonagem terapêutica”. Ou seja, se a entrevistada diz que o jornal que divulga o assunto deveria tirar da ilustração explicativa a imagem do feto e substituí-la por “meia dúzia de células”, isso significa que a clonagem de órgãos para fins terapêuticos é feita a partir de células, antes da formação do feto (no caso de serem

células embrionárias). A fala final de Zatz nesse mesmo fragmento apresenta um juízo de valor da geneticista, que é usado como estratégia para defender o uso de células embrionárias em pesquisas. Ao afirmar que “quando as pessoas vêm um monte de células, ninguém se impressiona”, Zatz está indiretamente dizendo que o temor em relação à clonagem talvez se deva em grande parte à idéia de que as pesquisas envolveriam fetos (ou bebês biologicamente já formados), o que, na visão da geneticista, impressiona mais do que “meia dúzia de células”.

Juízos de valor como esse também podem ser encontrados na entrevista com Adorno, sobre “Brasil Negro”. O posicionamento pessoal do sociólogo, que aparece apenas de forma sugestiva no fragmento 3, aqui se torna mais incisivo.

[Entrevista 1 – fragmento 5]

ComCiência: O que significa essa distribuição desigual de direitos na justiça?

Adorno: Isso significa que a tal universalidade dos direitos, inclusive da aplicação da justiça, está comprometida na base. Ora, se a cor é um poderoso instrumento de distribuição de sentenças, algo está errado... O problema é esse: como é possível restabelecer esta igualdade na sanção, igualdade na distribuição de lei e ordem? Eu acho que é preciso termos mais operadores negros no direito, para que os operadores brancos sintam-se mais constrangidos ao aplicarem suas sentenças e para que o olhar étnico também seja considerado na justiça. Considerado não para beneficiar alguém, mas

para garantir a igualdade e para garantir que a cor não influencie a leitura de algum caso, ou que, de alguma forma, interfira numa decisão judicial.

O primeiro juízo de valor que aparece no fragmento acima é o de que “algo está errado” na aplicação da justiça, uma vez que a cor da pele acaba atuando como “um poderoso instrumento de distribuição de sentenças”. Ao responder a questão que ele próprio propõe (“como é possível estabelecer igualdade na distribuição de lei e ordem?”), Adorno também apresenta seu posicionamento pessoal, sugerindo que os negros passem a ocupar postos entre aqueles que ele chama de “operadores no direito” (que vão desde advogados a defensores públicos e juízes). E a exemplo do é apontado no fragmento 4, também observa-se no final da fala do sociólogo uma afirmação implícita: se essa sua sugestão visa a “garantir que a cor não influencie a leitura de algum caso ou interfira numa decisão judicial”, indiretamente ele está dizendo que essa influência ou interferência pode estar acontecendo na prática – e os próprios dados de sua pesquisa sugerem isso, apesar de Adorno frisar nessa entrevista apenas a diferença entre brancos e negros no que diz respeito ao tipo de defesa a que têm acesso (os primeiros, de um modo geral, à defesa particular contratada; e os últimos, majoritariamente, à defensoria pública gratuita), como possível expli-

cação para a diferença das sentenças aplicadas a eles. Em determinado trecho da entrevista, o sociólogo afirma não poder avaliar se é a qualidade da defesa de um e de outro que determina a diferença nas sentenças, mas considera significativo “o fato de que era diferente a ligação de brancos e negros com o mundo do direito”.

Antes de abordar especificamente a pesquisa de Adorno, essa entrevista trata em sua parte inicial da exclusão de uma grande parcela da população brasileira a direitos constitucionalmente garantidos. O fragmento abaixo apresenta uma explicação de fundamento histórico, do sociólogo, para o fato de os negros se destacarem entre esses excluídos.

[Entrevista 1 – fragmento 6]

ComCiência: A cor é um elemento fundamental para a compreensão desse processo de exclusão [a direitos garantidos constitucionalmente]?

Adorno: As raízes da questão da cor estão, sem dúvida alguma, ligadas à escravidão e ao fato de que, após o fim da escravidão, não houve uma luta social, uma luta política para a reversão desse quadro. Não existiram lutas sociais no sentido de que os negros ex-escravos e filhos de ex-escravos, de alguma maneira, fossem incorporados ao mercado de trabalho, que fosse criada uma base para a sua escolarização etc. Isso ocorreu no final do século XIX e, ao longo de todo o século XX, isso permaneceu como um grande desafio para toda a sociedade brasileira.

Nesse fragmento, a

pergunta do antropólogo e repórter Alexandre Zarias é uma assertiva na forma de questionamento, como se ele já esperasse que a resposta do sociólogo Adorno fosse uma confirmação dessa assertiva. Trata-se aqui do que Orlandi (2000, p. 39) chama de “mecanismo de antecipação” no funcionamento do discurso. De acordo com essa autora, através desse mecanismo, “o sujeito antecipa-se a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem”, e ele “dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte”. Zarias poderia ter perguntado simplesmente como compreender esse processo de exclusão? ou “há algum elemento fundamental para compreender esse processo de exclusão?”, o que talvez pudesse direcionar a resposta para a explicação da exclusão causada pelas desigualdades socioeconômicas da população em geral. Mas ao se antecipar ao entrevistado, embutindo em sua pergunta uma sugestão de possível resposta, o repórter já direciona a fala do sociólogo (e a seqüência da entrevista) para a questão do negro no Brasil.

A explicação histórica de Adorno para que se possa compreender o processo de exclusão – dos negros, em particular – poderia parecer óbvia, caso se restringisse ao legado da escravidão, mas ainda assim não seria tão óbvia em um país onde a memória muitas vezes é pouco pre-

servada, conforme apontado em trabalho dedicado à análise do gênero da notícia (Cunha, 2005b), onde menciona-se uma “conspiração do silêncio” em relação ao preconceito, que pode estar associada aqui a uma espécie de “conspiração do esquecimento”, no que diz respeito ao tema precisar ser lembrado por um especialista, ou seja, pela “voz autorizada” do discurso, já que no senso comum, supostamente caiu no esquecimento. Mas Adorno traz um elemento a mais ao que normalmente é abordado nos livros escolares de história, que geralmente tratam das lutas dos negros para ganhar a liberdade: após a abolição da escravidão, segundo o sociólogo, não houve luta social para que os libertos e seus descendentes tivessem acesso ao trabalho assalariado e aos estudos, dos quais sempre estiveram privados na condição de escravos.

Após a pesquisa de Adorno associando cor da pele e sentenças judiciais, outros trabalhos surgiram envolvendo o campo da criminologia e a questão da cor da pele. Em artigo recente, publicado na revista de divulgação científica *Ciência Hoje*, os pesquisadores Gláucio Soares e Dorian Borges, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, fazem afirmações que se associam ao tipo de posicionamento e juízos de valor assumidos por Adorno. Segundo Soares e Borges (2004, pp. 27-31),

“o Brasil acolheu, de longa data, o mito de que somos uma democracia racial e de que a cor da pele não faz diferença. Faz. O escravagismo brasileiro foi descrito como benevolente: não o foi”. A própria pesquisa que divulgam nesse artigo dialoga, de certa forma, com o trabalho de Adorno, no que diz respeito ao objeto de estudo, à metodologia e aos resultados: eles analisaram registros de vítimas de homicídio de todo o Brasil, organizados pelo Ministério da Saúde, e compararam os percentuais de negros e brancos entre essas vítimas, concluindo que a variável “cor da pele” é significativa na composição do perfil de assassinados. Associando-a às variáveis “estado civil” e “idade”, esse estudo revela que o maior número de pessoas assassinadas no país é formado por homens, negros, solteiros, com idade entre 20 e 24 anos. Salienta-se que “não há discurso que não se relacione com outros”, pois “todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo”, e “um dizer tem [sempre] relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis” (Orlandi, 2000, p. 39).

Essa relação de um discurso com outros discursos, apontada na análise de outros gêneros – seja na forma de outras “vozes” que são incorporadas dentro de uma determinada construção de sentidos (como no gênero da reportagem), ou pela menção a “vozes” de tendência oposta (como nos gêneros

do artigo ou da resenha) – também aparece na entrevista com Mayana Zatz, a partir de uma pergunta acerca da novela da TV Globo que trata da clonagem, feita pela repórter que, como já dissemos acima, apresenta a geneticista, na introdução da entrevista, como consultora dessa novela.

[Entrevista 2 – fragmento 7]

ComCiência: A novela [O Clone, da TV Globo] expõe a imagem de um cientista (Albieri) que está muito interessado em realizar sua experiência de clonagem, mas não se importa muito com as conseqüências. A senhora acredita que esta imagem afeta negativamente a imagem dos cientistas?

Zatz: Se afetar negativamente eu acho ótimo! Aliás, acho que existe um pouco desta imagem de cientista trancado em um laboratório, pouco se importando com o que acontece à sua volta. Mas não é isso que eu acho que está acontecendo, porque já me contaram que tem gente que encontra o ator que interpreta o Dr. Albieri na novela e pede para ele clonar um filho que morreu. E eu acho que esta é a pior situação, porque emocionalmente eu posso entender uma pessoa que sofre por um filho que morreu!

Aqui também há um juízo de valor na própria fala da repórter (ou seja, na afirmação seguida da pergunta). A exemplo do que fez o repórter Zarias, antecipando-se ao entrevistado com uma sugestão de possível resposta, como é apontado no fragmento 6, a engenheira de pesca Juliana Schober faz o mesmo nesse fragmento 7, sugerindo um determinado juízo

sobre a imagem do cientista que a novela apresenta para o grande público. Só que nesse caso, a entrevistada surpreende com uma resposta inusitada: ao invés de sair em defesa da classe científica à qual pertence, e cuja imagem estaria supostamente sendo denegrida pela novela, Zatz diz que seria ótimo se a imagem do cientista da ficção que não se importa com as conseqüências de seus experimentos com clonagem afetasse a imagem dos cientistas da “vida real”, alguns dos quais, segundo ela, realmente não se importam com o que acontece à sua volta. Aqui, portanto, solicitada a emitir um juízo de valor sobre uma questão previamente definida pela repórter, a entrevistada apresenta sua posição quanto à hipótese levantada na pergunta, mas logo em seguida, descarta essa hipótese, dizendo que o público, ao invés de condenar a atitude do cientista, confunde ficção com realidade e deseja ver “clonado” algum ente próximo falecido. Curiosamente, após reconhecer que há na ciência personagens como Albieri, que realizam suas experiências sem se importar com as conseqüências – e concordar que isso é uma imagem negativa –, Zatz também reconhece (ainda que implicitamente) que o conhecimento científico acerca da clonagem irá continuar avançando, nem que seja na ilegalidade, conforme se pode ver no fragmento abaixo.

[Entrevista 2 – fragmento 8]

ComCiência: A senhora considera o anúncio da ACT [Advanced Cell Technologies, sobre o primeiro embrião humano clonado] irresponsável?

Zatz: Acho que ele gerou uma reação contrária enorme. Mas é uma ilusão achar que vamos parar esse processo [da clonagem]. Ele não vai parar. É melhor aprová-lo e fazer as pesquisas de forma controlada, do que proibir e as pesquisas continuarem “por baixo do pano”. Outra coisa é que existem muitos exemplos de avanços científicos que são usados para o bem e para o mal. A energia atômica é uma delas. E daí a questão: será que vale a pena correr o risco de termos uma tecnologia que pode ser desenvolvida para a clonagem terapêutica, mas pode ser usada também para a clonagem humana? Eu acho que vale a pena a gente correr este risco porque diferentemente da energia atômica, que pode causar um desastre geral, a clonagem reprodutiva nunca vai acontecer em larga escala.

Nessa fala da geneticista – guardadas as proporções em relação à imagem de Albieri, na ficção – também há de certa forma o privilégio da pesquisa em si e a minimização das possíveis consequências negativas que ela poderia trazer no futuro.

Trata-se de uma estratégia argumentativa onde o prognóstico feito por Mayana Zatz nada mais é do que um juízo de valor pessoal, não podendo ser comprovado e nem negado. O argumento que ela usa para justificar que “a clonagem reprodutiva nunca vai

acontecer em larga escala” é o de que o procedimento é caro. Mas alguns dos que combatem o uso de embriões em pesquisas, que ao contrário de Zatz, não minimizam os possíveis riscos, temem que a técnica possa ser usada um dia em benefício de um governo totalitário, que segundo eles, não pouparia recursos para investir na criação de um exército de clones.

Antes mesmo da ciência anunciar a clonagem de animais de grande porte – o marco mais conhecido é o nascimento da ovelha Dolly, em 1997 –, a ficção já apontava receios ante os avanços tecnológicos: no romance *Admirável mundo novo*, de 1931, o escritor inglês Aldous Huxley apresenta uma sociedade totalitária do futuro em que as crianças seriam concebidas e gestadas em laboratório, na forma de clones divididos em castas.

Considerações finais

A análise feita neste artigo talvez possa ter contribuído para que tanto pesquisadores da área de comunicação quanto analistas do discurso vejam que o gênero entrevista pode propiciar estudos muito profícuos em seus campos de investigação.

A classificação entre os gêneros jornalísticos informativos, feita por Marques de Melo (1983), pode ser, de certa forma, complementada, já que apesar de

a entrevista ser sem dúvida a técnica básica do jornalismo para obtenção de informações (cf. Lage, 1982 e Erbolato, 1985), é também o recurso utilizado pelos veículos para que uma fonte ligada a um determinado assunto opine sobre ele ou sobre as informações a ele relacionadas.

Observou-se também na análise que o gênero entrevista, a exemplo do gênero artigo, coloca um personagem da sociedade em evidência para discorrer sobre um assunto de sua especialidade, mas o faz a partir das perguntas feitas pelo repórter/entrevistador, a maioria das quais é previamente definida em um roteiro preparado antes da entrevista.

Nesse sentido, o repórter, conhecedor prévio da atuação do entrevistado e de determinadas posições suas, pode antecipar-se a ele embutindo em sua pergunta uma sugestão de resposta – o que no mínimo direciona a fala do entrevistado para um determinado ponto desejado pelo entrevistador.

Por fim, a exemplo do que foi apontado em trabalho anterior (Cunha, 2005a), pode-se perceber juízos de valor tanto na fala dos entrevistados – de quem se espera a emissão de opinião, assim como se espera de um articulista – quanto na fala dos entrevistadores, o que mais uma vez reforça o caráter subjetivo do discurso.

Referências Bibliográficas

- BAKTHIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução feita a partir do francês por Maria Ermantina Galvão Pereira. 2 ed., São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BUENO, W. da C. **Jornalismo científico no Brasil: os compromissos de uma prática dependente**. São Paulo: USP/ECA, 1984 (tese de doutorado).
- CORACINI, M. J. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. São Paulo: Educ, Campinas (SP): Pontes, 1991.
- CUNHA, R. B. Do científico ao jornalístico: análise comparativa de discursos. Em *Anais da 6ª Conferência Brasileira de Comunicação e Saúde*. São Bernardo do Campo: UMESP, 2003.
- CUNHA, R. B. O artigo de divulgação científica: com a palavra a autoridade. Em *Anais do 2º Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Jornalismo*. Porto, Portugal: Universidade Fernando Pessoa, 2005a.
- CUNHA, R. B. A notícia de divulgação científica: eleição e síntese do que é socialmente relevante. Em *Anais do 28º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Rio de Janeiro (RJ): UERJ, 2005b.
- ERBOLATO, M. L. **Técnicas de codificação em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- FOLHA DE S. PAULO. **Novo Manual da Redação**, 8ª ed. São Paulo, 1992.
- LAGE, N. **Ideologia e técnica da notícia**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MARQUES DE MELO, J. M. **Gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. São Paulo: ECA/USP, 1983 (tese de livre docência).
- ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**. Campinas (SP): Pontes, 2000.
- SOARES, G. A. D.; BORGES, D. A cor da morte. Em revista **Ciência Hoje**, v. 35, nº 209. Rio de Janeiro: SBPC, outubro de 2004. (pp. 26- 31)
- ZAMBONI, L. M. S. **Heterogeneidade e subjetividade no discurso da divulgação científica**. Campinas, IEL/Unicamp, 1997 (tese de doutorado).